

As políticas editoriais públicas brasileiras de obras monográficas à luz da Justiça Informacional e dos Estudos Críticos da Deficiência¹

Brazilian public publishing policies for monographic works in light of Information Justice and Critical Disability Studies

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Universidade Federal do Pará; Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia, Brasil
francielegarces@ufpa.br
<https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>

Stella Moreira Dourado

Universidade Federal de Sergipe, Brasil
sdourado1@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0002-7206-273X>

Gustavo Silva Saldanha

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil
gustavosaldanha@ibict.br
<https://orcid.org/0000-0002-7679-8552>

Submetido em: 5 de fevereiro de 2026

Aceito em: 1 de junho de 2026

Publicado em: 10 de agosto de 2026

Licença:



¹ Artigo premiado no VI ERECIN, que foi ampliado e adicionadas novas contribuições.

Como citar este artigo:

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; DOURADO, Stella Moreira; SALDANHA, Gustavo Silva. As políticas editoriais públicas brasileiras de obras monográficas à luz da Justiça Informacional e dos Estudos Críticos da Deficiência. **REBECIN**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-18. 2026. DOI: <http://doi.org/10.24208/rebecin.v13.482>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar se e como a justiça informacional para pessoas com deficiência se manifesta nas políticas editoriais das editoras universitárias e institucionais públicas brasileiras. O estudo tem como fundamento a base teórico-conceitual dos Estudos Críticos da Deficiência articulado ao conceito de justiça informacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de estrutura exploratória e descritiva, que analisou os tópicos das políticas editoriais disponíveis em acesso aberto em rede digital e recursos de acessibilidade, através de seus *websites*. O universo da pesquisa partiu de editoras universitárias e institucionais públicas brasileiras até a delimitação do *corpus* via as fontes digitais identificadas. Os resultados evidenciam que a acessibilidade é pouco incorporada nas políticas editoriais da produção monográfica digital e impressa no país. A menção a termos como “acessibilidade” e “acessível”, bem como a adoção de ferramentas de acessibilidade, como *Vlibras* e opção de alto contraste, mostrou-se insuficiente para garantir o acesso equitativo à informação científica. Conclui-se que a ausência de políticas editoriais de acessibilidade compromete a promoção da justiça informacional e reforça barreiras informacionais, indicando a necessidade de diretrizes editoriais comprometidas com uma perspectiva crítica, ética e inclusiva.

Palavras-Chave: Justiça Informacional. Editoras universitárias. Editoras institucionais. Acessibilidade. Estudos Críticos da Deficiência.

ABSTRACT

This study aims to analyze whether and how informational justice for people with disabilities manifests itself in the publishing policies of Brazilian public university and institutional publishers. The study is based on the theoretical and conceptual framework of Critical Disability Studies articulated with the concept of informational justice. It is a qualitative and quantitative research, with an exploratory and descriptive structure, that analyzed the topics of editorial policies available in open access on digital networks and accessibility resources through their websites. The research universe began with Brazilian public university and institutional presses, delimiting the corpus through the identified digital sources. The results show that accessibility is poorly incorporated into the editorial policies of digital and printed monographic production in the country. The mention of terms such as “accessibility” and “accessible”, as well as the adoption of accessibility tools, such as Vlibras and high-contrast options, proved insufficient to guarantee equitable access to scientific information. It is concluded that the absence of editorial accessibility policies compromises the promotion of informational justice and reinforces informational barriers, indicating the need for editorial guidelines committed to a critical, ethical, and inclusive perspective.

Keywords: Informational Justice. University press. Institutional presses. Accessibility. Critical Disability Studies.

1 INTRODUÇÃO

Entre o início do século XX e o século XXI surgiram novas maneiras de refletir e compreender as variações humanas consideradas deficiências, o que levou à formação de um campo de estudos denominado Estudos Críticos da Deficiência (ECD). Este campo é caracterizado como interdisciplinar e analisa a deficiência sob a perspectiva dos direitos civis e humanos, da identidade de grupos minoritários politicamente, da formação sociológica, da história

comunitária e da diversidade grupal, além de funcionar como uma categoria de análise crítica nas áreas da cultura e das artes, sempre dentro de um contexto mais amplo das ciências da saúde (Garcês-da-Silva, 2023; Garland-Thomson, 2019). No contexto dos pressupostos teóricos e aplicados da ECD, a justiça informacional, compreendida aqui como conceito praxiológico elaborado por Mathiesen (2015), uma vez aplicado à pessoa com deficiência, considera a necessidade de se obter maior acessibilidade aos conteúdos e conteúdos de registros do conhecimento para pessoas com deficiência (mental, auditiva e visual, transtornos do espectro autista). Esta abordagem se constroi por meio de metodologias e padrões nacionais de linguagem de fácil transmissão e aprendizagem, o que garantiria os direitos civis de pessoas com deficiência articulados com a superação de barreiras de comunicação e recepção da informação (Vladimirova; Chistyakova; Miroshnichenko, 2023).

Partindo da lente teórica dos Estudos Críticos da Deficiência (ECD) articulada com a justiça informacional para pessoas com deficiência, este estudo questiona: Como o compromisso com a justiça informacional com a pessoa com deficiência está presente nas políticas editoriais das editoras públicas brasileiras? Esta é a questão que direciona este artigo, cujo objetivo é analisar se a Justiça Informacional para com a pessoa com deficiência se manifesta em políticas das editoras públicas brasileiras, por meio da acessibilidade.

Para tanto, a construção teórica da pesquisa se desenvolve via os conceitos e modelos de aplicação da ECD e da justiça informacional em editoras universitárias e institucionais públicas brasileiras, ancoragem de fundamentação esta que lega ao estudo as categorias de análise e discussão aplicadas às políticas editoriais. Posteriormente, os resultados

demonstram a aplicação de tais categorias nos documentos do *corpus* das políticas editoriais de editoras brasileiras.

2 DOS ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE DEFICIÊNCIA: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Historicamente, no âmbito internacional, os estudos sobre deficiência se tornaram uma disciplina emergente a partir da década de 1980. Esse crescimento ocorreu nas principais disciplinas acadêmicas, sobretudo no sentido de co-criar currículos inclusivos para pessoas com deficiência em instituições de ensino superior (Lorenzo, 2024). Isso envolveu a participação ativa de pessoas com deficiência, as quais passaram a contribuir *com* e *como* professoras e pesquisadoras ao lado de acadêmicos e estudantes. Tais investimentos influenciaram tanto nos processos políticos nos níveis global e local, e na formulação de abordagens legislativas e administrativas para a deficiência, bem como no examine crítico dos complexos determinantes sociais da deficiência (Lorenzo, 2024).

Os Estudos Críticos da Deficiência (ECD) são compreendidos como um campo de investigação interdisciplinar que investiga as formas sociais, políticas, econômicas, étnico-raciais, de gênero e sexualidades e históricas pelas quais a não normatividade corporal é construída em diferentes áreas geográficas e escalas (Brocco, 2024). Com uma base teórica interdisciplinar, tais estudos enfocam em aprofundar a compreensão da condição humana embasada na crítica às suposições e discussões tradicionais sobre a deficiência, que visam, muitas vezes, reforçar opressões às pessoas com deficiência e violar seus direitos (Hosking, 2008). Em um plano de distribuição de democrática de bens

comuns ao convívio social, tais abordagens apontam e comprovam modos correntes e ampliados de marginalização, mesmo diante de transformações sociotécnicas que projetavam caminhos plurais e dinâmicos de acesso universal ao conhecimento registrado.

Esta teoria se fundamenta na afirmação de que “[...] a deficiência não é fundamentalmente uma questão de medicina ou saúde; nem é apenas uma questão de sensibilidade e compaixão; antes, trata-se de uma questão de política e poder (ou falta de poder), poder sobre e poder para” (Pothier; Devlin, 2006, p. 2, tradução nossa). As abordagens nos ECD entendem que as transformações são inerentes à mente humana, ao corpo e aos sentidos. Por isso, refutam a compreensão negativa e dominante sobre a deficiência criada pelas ciências da saúde ao longo do tempo. Assim, essa perspectiva crítica entende a “[...] deficiência não como um defeito físico inerente aos corpos, assim como o gênero não é simplesmente uma questão de órgãos genitais [...], mas sim como uma forma de interpretar a variação humana” (Garland-Thomson, 2019, p. 12, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o tratamento paternalista e opressão das pessoas com deficiência pelos sem deficiência, manifestada através do acesso restrito a bens educacionais, informacionais, econômicos e sociais, é questionado (Pothier; Devlin, 2006). Os estudos sobre deficiência analisam, assim, essas dimensões sociais, culturais e políticas da deficiência com enfoque nas experiências de sujeitos com deficiência. Eles buscam entender como a deficiência interage com outras identidades, incluindo pertença étnico-racial, gênero e sexualidade com vistas a promover justiça e ativismo em prol das agendas políticas desse grupo social (Garland-Thomson, 2019).

A partir dessa breve apresentação, partimos para debater a justiça informacional para a pessoa com deficiência em contextos de editoras universitárias, especialmente, suas políticas editoriais.

3 DA JUSTIÇA INFORMACIONAL PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA À ACESSIBILIDADE EM EDITORAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), conceitua a pessoa com deficiência como “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Nesse sentido, a discussão sobre deficiência no campo da justiça exige uma mudança de perspectiva. Conforme Jéssica Begon (2023), haja vista que, em vez de analisar as variações no funcionamento de corpos e mentes, o exame deve ser sobre as barreiras que tais variações impõem a indivíduos em contextos específicos. Sob a ótica da justiça, apenas algumas dessas barreiras são relevantes, sobretudo aquelas que comprometem o controle das pessoas sobre dimensões fundamentais da vida e acesso a direitos civis, seja pela escassez de alternativas viáveis, seja pela dificuldade em exercer escolhas autônomas (Begon, 2023).

O cerne de uma teoria da justiça, como a da justiça informacional, reside portanto na capacidade dos indivíduos de viverem plenamente, não na conformidade de padrões de normalidade física ou cognitiva, ao mesmo tempo em que obtém toda a qualquer informação que necessitar

de forma justa para o seu desenvolvimento pessoal e social. Nesse sentido, mobilidade, sociabilidade, acesso ao lazer e outras dimensões da vida prática são prioritárias, independentemente dos meios utilizados para alcançá-las (Begon, 2023).

Assim, o desafio ético-político da deficiência não está na diferença socialmente construída (incluindo suas formas de opressão), mas em como a sociedade a reconhece (ou ignora), transformando-a em limitação ou possibilidade, reprodução e desenvolvimento da marginalização ou fundamentação de princípios e práticas de igualdade. A justiça, nesse sentido, deve assegurar que tais diferenças não se traduzam em exclusão ou privação (Begon, 2023).

Dado esse contexto, entendendo que as pessoas são fontes de informação, buscadoras de informação e sujeitos informacionais (Mathiesen, 2015), a justiça informacional se volta para a busca por estratégias que permitam enfrentar o acesso limitado à informação, as barreiras físicas que impedem as pessoas com deficiência de acessar bibliotecas, museus e outros ambientes informacionais físicos ou digitais, e os sistemas de suporte ainda inadequados para garantir o acesso equitativo à informação e direitos para pessoas com deficiência.

Dentre os espaços possíveis de acesso à informação por pessoas com deficiência estão as editoras universitárias, compreendidas como organismos vinculados a instituições de ensino superior cuja missão é produzir, difundir e preservar o conhecimento científico, acadêmico e cultural, com vistas a garantir rigor metodológico, qualidade editorial e acessibilidade nas produções publicadas. Enfatiza-se, aqui, no plano da produção científica das universidades e institutos públicos brasileiros, o papel público, no plano da democratização do conhecimento, do acesso

aos resultados das pesquisas financiadas através dos recursos governamentais.

A editora universitária atua como ponte entre a produção intelectual da academia e a sociedade com vistas a assegurar que pesquisas, livros, periódicos e outros materiais atendam a padrões éticos e técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente (Bufrem, 2009). Tais editoras possuem como instrumento direcionador de suas atividades, a política editorial, a qual Bufrem (2009, p. 34) destaca que deve “[...] ser analisada criticamente levando-se em conta os sujeitos, o cenário, os acontecimentos, as relações de força e as possibilidades de articulação entre estrutura e conjuntura”.

Editoras institucionais operam em diversas plataformas e não só na edição e elaboração de livros, pois editoram também periódicos, anais de conferências, relatórios técnicos e materiais multimídia. Tais produções têm a missão e o objetivo em total consonância com a instituição que representam, buscando ampliar o alcance das pesquisas e garantir que trabalhos acadêmicos, científicos e institucionais estejam disponíveis para a comunidade global.

Enquanto as editoras universitárias estão fortemente alinhadas com as missões acadêmicas e educacionais de suas universidades de origem, as editoras institucionais têm um escopo mais amplo, com vistas ao atendimento das necessidades específicas de uma variedade de organizações e ao alcance de uma audiência mais diversificada.

O Guia básico de acessibilidade na comunicação: condutas e ações em eventos promovidos pelo Ministério Público brasileiro, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (Brasil, 2024) compreende que a sociedade deve adotar medidas para promover a acessibilidade para pessoas com deficiência com o intuito de garantir a igualdade de acesso

a direitos e oportunidades por tais sujeitos. Considerando que as editoras universitárias e institucionais são espaços sociais, os quais devem produzir produtos e serviços de informação (livros, cartilhas, anais de eventos) que estejam comprometidos com a justiça social e informacional, iremos analisar as políticas públicas de editoras universitárias e institucionais, para verificar se e como a acessibilidade para pessoas com deficiência é adotada.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos aspectos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa e quantitativa de natureza exploratória e descritiva. Qualitativa e quantitativa, pois combinou procedimentos de levantamento, quantificação de ocorrências lexicais e análise interpretativa do conteúdo. É de natureza exploratória e descritiva, por mapear a existência de políticas editoriais e descrever como (ou se) a acessibilidade é incorporada nesses documentos. Por fim, é documental, pois tem como fonte primária documentos institucionais (políticas editoriais) disponíveis em acesso aberto nos *websites* das editoras (Gil, 2008). Assim, buscou-se analisar a acessibilidade nas políticas editoriais de editoras universitárias e institucionais brasileiras, além de verificar as funcionalidades de acessibilidade nos *sites* dessas editoras.

Para tanto, foi realizada, no mês de junho de 2025, uma revisão da pesquisa aplicada entre os meses de março e abril de 2024, que buscou verificar o universo da pesquisa quanto à disponibilização de políticas editoriais nos *websites* de editoras universitárias e institucionais. Com essa revisão, criou-se um Diretório de Editoras Universitárias e Institucionais Brasileiras da Editora Ibict.

A partir do universo da pesquisa, foram revisitados os *websites* de 128 (cento e vinte e oito) editoras universitárias brasileiras, levantados junto ao e-MEC, e 18 (dezoito) sites de editoras institucionais, totalizando 146 editoras investigadas. Como técnica e instrumento de coleta de dados, foi realizada uma busca manual sistemática nos *websites* institucionais, com navegação orientada por categorias como: “política editorial”, “sobre a editora”, “normas”, “diretrizes” e “regimento”.

Para sistematização dos dados foi utilizada uma planilha eletrônica (Microsoft Excel) como instrumento estruturado de coleta e organização das informações. Neste instrumento foram registrados os seguintes campos: nome da editora, sigla da instituição, estado, ano de fundação, se possui filiação à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), *link* do site da editora, se existe política editorial no site e o *link* da política.

Do universo de 146 editoras, resultou um *corpus* composto por 43 (quarenta e três) políticas editoriais, sendo que 42 (quarenta e duas) são políticas editoriais de universidades e 01 (uma) é política editorial institucional.

Com relação aos procedimentos de análise das políticas, foi elaborada uma segunda planilha de coleta específica para análise da acessibilidade com as palavras-chaves: “acessibilidade”, “acessível”, “pessoa com deficiência”, “defici*”, “PcD”, “braille”, “libras” e “descrição”. Posteriormente, realizou-se uma pré-análise de cada política, via leitura flutuante de cada uma das 43 recuperadas. Em seguida, no conteúdo das referidas políticas, aplicou-se a técnica de busca por palavras-chaves vinculadas ao tema-foco da pesquisa, via ferramenta de localização textual (Ctl +F). Procedeu-se ao registro da presença ou ausência das palavras-chaves buscadas com análise do contexto semântico de cada

menção, quando encontradas. Além da análise textual das políticas editoriais, foi realizada a observação sistemática dos recursos de acessibilidade disponíveis nos *websites*. Este último procedimento buscou verificar se havia o compromisso institucional com a justiça informacional para a pessoa com deficiência para além do registro textual nas políticas editoriais das editoras universitárias e institucionais públicas brasileiras.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das 43 (quarenta e três) políticas editoriais de editoras universitárias e institucionais brasileiras evidencia um cenário marcado por baixa incorporação da acessibilidade enquanto princípio estruturante das práticas editoriais. Embora algumas políticas mencionem termos como “acessibilidade” ou “acessível”, tais menções, em sua maioria, não se traduzem em diretrizes concretas, tampouco em compromissos operacionais voltados à produção de obras efetivamente acessíveis às pessoas com deficiência.

Com o termo “acessibilidade”, somente três editoras (a saber, Editora da Universidade Federal de Rio Grande do Norte (EDUFRN), da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)) abordam em suas políticas editoriais a promoção da acessibilidade e democratização do conhecimento em suas publicações. No entanto, a EDUFRN, apesar de abordar sobre política de acessibilidade no conteúdo de sua política editorial, não disponibiliza essa política no site. Além disso, a política editorial não conceitua a acessibilidade em sua descrição nem os tipos adotados pela editora, bem como o site não traz recursos e nem documentos sobre acessibilidade.

No que se refere ao termo “acessível”, este esteve vinculado às Editoras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), da UEMG e da Unimontes no sentido promover o uso de linguagem acessível em suas obras de forma a atender desde professores a estudantes de diversas áreas do conhecimento. Ainda, este termo se referiu também quando do intuito da editora obter uma estrutura de apresentação da obra e ao preço acessíveis ao público-alvo. Entretanto, quanto à atualização terminológica de “deficiente” para “pessoa com deficiência”, conforme indica o Guia básico de acessibilidade na comunicação: condutas e ações em eventos promovidos pelo Ministério Público brasileiro (Brasil, 2024), nenhuma das editoras apresentou tal termo em sua política quando da busca do referido termo.

Alguns outros itens, para além daqueles aqui mencionados foram encontrados e podemos citar como tentativas de adotar a acessibilidade, a saber: a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), a Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU), Unila, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR) e Centro Universitário Metodista IPA apresentaram atalhos para navegação no site padronizados pelo governo com *Vlibras* e Opção de Alto contraste.

Ressalta-se que a presença de ferramentas como *Vlibras* e opção de alto contraste nos sites de algumas editoras, embora relevantes, não garante acessibilidade informacional em sentido amplo. Tais recursos, quando não articulados a políticas editoriais claras, à adoção de padrões de publicação acessível (como formatos compatíveis com leitores de tela, descrição de imagens, linguagem simples e versões em *braille* ou audiolivro), configuram-se como ações pontuais e insuficientes. Essa constatação dialoga diretamente com Mathiesen (2015), ao afirmar que a justiça informacional exige não apenas o acesso formal à informação, mas

condições equitativas de compreensão, uso e apropriação da informação por diferentes sujeitos.

Sob o prisma dos ECD, esses achados revelam que a acessibilidade é tratada como um recurso adicional ou opcional, e não como um direito fundamental. Conforme argumentam Pothier e Devlin (2006) e Garland-Thomson (2019), a deficiência não deve ser compreendida como atributo individual, mas como resultado de relações de poder e de arranjos sociais excludentes. Nesse sentido, a ausência de políticas editoriais abordando a acessibilidade, reflete a reprodução de estruturas que mantêm pessoas com deficiência à margem do acesso pleno à informação científica e acadêmica.

Do ponto de vista da justiça informacional, a inexistência ou fragilidade das políticas editoriais contemplando a acessibilidade compromete a função social das editoras universitárias e institucionais. Enquanto instituições responsáveis pela mediação e difusão do conhecimento científico, essas editoras ocupam posição estratégica na promoção da democratização do saber e, portanto, ao não incorporarem a acessibilidade como eixo estruturante de suas políticas, contribuem para a manutenção de barreiras informacionais que limitam a participação plena de pessoas com deficiência na vida acadêmica e científica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar se o compromisso com a justiça informacional para a pessoa com deficiência se manifesta nas políticas editoriais das editoras universitárias e institucionais públicas brasileiras, a partir da articulação entre os Estudos Críticos da Deficiência e o conceito de justiça informacional.

A análise do *corpus* de pesquisa, ou seja, o total de 43 (quarenta e três) políticas editoriais coletadas permitiu evidenciar as políticas editoriais de editoras universitárias e institucionais, estão aquém daquilo que se espera no que se refere à adoção da acessibilidade para pessoas com deficiência.

Os resultados demonstram que, embora algumas editoras mencionem a acessibilidade em suas políticas ou adotem recursos pontuais em seus websites, tais iniciativas não se configuram como políticas editoriais que contemplam as questões da acessibilidade propriamente ditas. A presença de termos como “acessibilidade” e “acessível”, bem como a adoção de ferramentas como *Vlibras* e opção de alto contraste, revelou-se insuficiente para garantir o acesso equitativo à informação científica e acadêmica por pessoas com deficiência. Essa constatação reforça a compreensão de que a acessibilidade, quando tratada de forma incipiente, não atende aos pressupostos da justiça informacional.

A ausência de políticas editoriais estruturadas abordando a acessibilidade, contribui para a manutenção de barreiras informacionais que limitam a participação plena das pessoas com deficiência nos espaços de produção, circulação e apropriação do conhecimento científico. Assim, a injustiça informacional manifesta-se não apenas pela falta de recursos técnicos, mas pela inexistência de um compromisso político e institucional com a inclusão informacional manifesta do plano conceitual das políticas à dimensão aplicada dos portais e das obras publicadas.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento da justiça informacional para pessoas com deficiência no âmbito das editoras universitárias e institucionais públicas brasileiras, depende do estabelecimento de

políticas editoriais que incluam a acessibilidade com uma perspectiva crítica, ética e inclusiva. A adoção de políticas editoriais de acessibilidade permitirão que a justiça informacional seja atendida, na medida em que o acesso à informação por pessoas com deficiência for possibilitado de forma justa e equânime.

REFERÊNCIAS

BEGON, J. **Disability through the lens of justice**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Guia básico de acessibilidade na comunicação**: condutas e ações em eventos promovidos pelo Ministério Público brasileiro. Brasília: CNMP, 2024.

BROCCO, G. Theories and practices of disability from the Global South: a critical anthropological perspective. **Frontiers in Health Services**, Lausanne, v. 4, 1261091, 2024. DOI: 10.3389/frhs.2024.1261091. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38725938/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

BUFREM, L. S. Política editorial universitária por uma crítica à prática. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n.1, p. 23-36, jan./abr. 2009. DOI: 10.1590/S1413-99362009000100003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23580>. Acesso em: 05 jul. 2025.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C. **Biblioteconomia Negra**: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023. (Coleção Mediação & Leituras).

GARLAND-THOMSON, R. Critical disability studies: a knowledge manifesto. *In*: ELLIS, K.; GARLAND-THOMSON, R.; KENT, M.; ROBERTSON, R. **Manifestos for the Future of Critical Disability Studies**, Volume 1. London: Routledge, 2019. p. 11-19. (Interdisciplinary Disability Studies).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOSKING, D. Critical disability theory. *In*: Biennial Disability Studies Conference at Lancaster University, 4th., 2008, Lancasrter.. **Proceedings** [...] Lancaster: Lancaster University, 2008. Disponível em: https://www.lancaster.ac.uk/fass/events/disabilityconference_archive/2008/papers/hosking2008.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

LORENZO, T. Studying Critical Disability – A Transformative and Inclusive Agenda for Social Change: Introduction. *In*: RIOUX, M. H.; BUETTGEN, A.; ZUBROW, E.; VIERA, J. (eds.). **Handbook of Disability**. Singapore: Springer, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/978-981-16-1278-7_17-2. Acesso em: 20 jan. 2026.

MATHIESEN, K. Informational justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, Champaing, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>.

POTHIER, D.; DEVLIN, R. (eds.). **Critical disability theory**: essays in philosophy, politics, policy, and law. Vancouver: UBC Press, 2006. (Law and Society).

VLADIMIROVA, O. N.; CHISTYAKOVA, N. P.; MIROSHNICHENKO, O. A. Information accessibility for people with mental disabilities, including autism spectrum disorders. **Autism and Developmental Disorders**, Moscow, v. 21, n. 1, p. 49–58, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17759/autdd.2023210106>.

Concepção e elaboração do estudo: Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva e Stella Moreira Dourado

Coleta de dados: Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva e Stella Moreira Dourado

Análise e interpretação de dados: Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva, Stella Moreira Dourado e Gustavo Silva Saldanha

Redação: Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva, Stella Moreira Dourado e Gustavo Silva Saldanha

Revisão crítica do manuscrito: Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva, Stella Moreira Dourado e Gustavo Silva Saldanha